

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.816.249 - PR (2019/0148482-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
RECORRENTE : L CALDAS COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA LTDA
ADVOGADO : JOCEMIR DE MELLO - PR050194
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, apresentado por L CALDAS COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA LTDA, com fulcro no art. 105, inciso III, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, indefiro o pedido de prorrogação do prazo, tendo em vista que a parte não apresentou justa causa que autorize sua concessão.

No mais, prossigo na análise dos autos.

De acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de L CALDAS COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA LTDA, a petição de recurso especial foi protocolada, na origem, sem a guia de recolhimento das custas devidas ao STJ, apesar de presente o comprovante de pagamento.

A propósito, este Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que os recursos interpostos para esta Corte Superior devem estar acompanhados das guias de recolhimento devidamente preenchidas, além dos respectivos comprovantes de pagamento, ambos de forma visível e legível, sob pena de deserção.

Nesse sentido, os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1132940/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 28/08/2018; AgInt no AREsp 1207816/SP, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/06/2018; e AgRg no AREsp 794.865/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 08/08/2018.

Superior Tribunal de Justiça

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade no recolhimento do preparo. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, não regularizou, limitando-se a alegar na petição de reconsideração de fls. 391/395 que o defensor não logrou êxito em comunicar a parte acerca da determinação de pagamento das custas de preparo dentro do prazo conferido, requerendo assim, a devolução do prazo para o saneamento da falta, sem contudo, apresentar justa causa para a sua prorrogação.

Assim, tendo sido encerrado o prazo sem a prática do ato, desaparece a possibilidade de praticá-lo. É o que se chama de preclusão e, no caso, temporal. Dessa forma, o recurso especial não foi devida e oportunamente preparado, incidindo na espécie o disposto na Súmula n.º 187 deste Tribunal, o que leva à deserção do recurso.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de prorrogação do prazo e, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente